

**TESE 012**  
**EM DEFESA DA UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA!**

1) A conjuntura a partir da nossa história

Não é de hoje que o movimento da classe trabalhadora brasileira vem buscando organizar seus espaços de atuação para conquistar direitos. Grande número de sindicatos surge no Brasil já no começo do século passado, a partir de 1903, principalmente para buscar redução de carga horária e melhores condições de trabalho.

No período de 1850 a 1930 existiram várias experiências, variadas formas de organização e inúmeras correntes ideológicas. Ao longo desse tempo encontramos “Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo” de caráter beneficente, associações pluriprofissionais, sociedades por ofício, sindicatos por indústrias ou ramos de atividade e aquelas de caráter sindical denominadas centro, liga, grêmio, associação, sociedade, união, seguidas da denominação “de resistência”.

Há registros de greves no Brasil desde meados dos anos 1850. No início do séc. XX surgem os sindicatos, principalmente sob influência do pensamento anarquista trazido para o Brasil pelos imigrantes europeus. Em 1906 foi realizado I Congresso Operário Brasileiro, quando se criou a Confederação Operária Brasileira (COB).

Uma nova onda grevista ocorre com a primeira greve geral de 1917, feito repetido dois anos depois. Além dos anarquistas, atuavam no movimento operário os socialistas, os reformistas, os católicos, o sindicalismo de ação direta ou revolucionário e, a partir de 1922, os comunistas. As correntes de esquerda tinham as greves como o instrumento de luta.

Pela luta e organização o Estado passa a atuar na questão social, primeiro com o fim do regime escravista. O segundo na criação do Ministério do Trabalho em 1930 com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, que procurou conter o operariado fazendo uma política de conciliação entre capital e trabalho. Em 1931 é criada a Lei Sindical (Decreto 1977). Internacionalmente acontecem a Revolução Russa e da Criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919.

Após a abolição da escravidão, o Estado oscilou entre o atendimento de algumas demandas e repressão. Depois vieram também as férias de 15 dias, aposentadoria aos trabalhadores da Central do Brasil e a regulamentação do trabalho infantil, que na prática não teve efetividade alguma. Contra os trabalhadores prisão, deportação, enforcamento, expulsão de estrangeiros (mais de 500) e fechamento de jornais.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, se via multiplicar o número de trabalhadores nas cidades. Isso se intensifica na década de 1930 com o crescimento da industrialização e do operariado. É nesse processo de intensificação da organização operária, de mobilizações de trabalhadores e de novas respostas do Estado que em 1943, é promulgada a CLT, que consolidou a legislação sindical. Fica instituído o sindicalismo de maneira vertical, com sindicatos, federações e confederações. Surge aí um dos maiores empecilhos à livre organização: a investidura sindical imposta pelo Ministério do Trabalho e que proibia a organização horizontal por central sindical.

De 1940 a 1953 a classe dobra seu contingente. São cerca de 1 milhão e 500 mil trabalhadores nas indústrias e as greves tornam-se constantes. Em 1945 o movimento popular, sob o comando do PCB, conquista a anistia ampla e irrestrita, libertando os presos políticos. Nesse mesmo ano foram realizadas eleições presidenciais; a convocação de Assembleia Nacional Constituinte; desapropriação de empresas estrangeiras lesivas aos interesses nacionais; reataram-se as relações diplomáticas com a URSS; Vargas foi deposto; criou-se o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) contra a estrutura sindical vertical e pela liberdade sindical.

No final da década de 1970, ainda durante a ditadura militar brasileira, ganhou força o chamado “novo sindicalismo”, que teve contribuição decisiva na derrota da ditadura. O novo

sindicalismo buscava reconstruir o movimento sindical desde as bases e derrotar o sindicalismo pelego que estava entregando os direitos dos trabalhadores e puxando a luta pra trás. No final dessa década surgem grandes greves de metalúrgicos que se espalham pelo país, e com isso uma nova fase de reconstrução dos espaços de organização do movimento sindical. Muitos sindicatos tinham sofrido intervenção durante a ditadura, suas lideranças haviam sido presas e mortas, e era necessário reorganizar a luta para enfrentar as arbitrariedades da ditadura.

É na sequência desse movimento que os trabalhadores optam por construir uma central que pudesse representar todos os trabalhadores. É realizado em 1986 o Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT) que resulta na formação da CUT - Central Única dos Trabalhadores, combativa e ao lado dos trabalhadores. No entanto, no começo dos anos 1990, a CUT passa a participar da política econômica em vigor, por meio das câmaras setoriais; recebe recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para fazer qualificação profissional, abandonando a formação política; burocratiza suas instâncias. A CUT se torna aliada de um suposto projeto de desenvolvimento nacional, abandonando a sua razão de existir que deveria ser a luta por um projeto do povo trabalhador e as proposições iniciais de rompimento com a estrutura sindical.

Com os governos encabeçados pelo PT, a CUT se torna alinhada a estes, e, pois a prática de conciliação já se tornou estrutural. A partir de 2003, com a postura diante da Reforma da Previdência promovida pelo governo petista parte do movimento sindical entende necessário sair da CUT. Em 2004, esses setores organizam o Encontro Sindical Nacional, em Luziânia/GO, que criou a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas).

Em 2008, numa proposta construída entre a CUT e as demais centrais pelegas, o Governo Lula aprovou a Lei 11.648/2008 que tratava do “reconhecimento” das centrais sindicais. A lei estabeleceu regras que deveriam ser cumpridas pelas centrais que quisessem ser “reconhecidas” e assim, poderiam participar da partilha do imposto sindical. Hoje existem 06 centrais no Brasil que obedecem os critérios da lei (que, portanto, recebem o imposto sindical - CUT, FS, UGT, CTB, NCST, CSB), levando a maior parte do movimento sindical para o pântano da colaboração de classe, em prejuízo da organização da massa de trabalhadores e do enfrentamento que é necessário ser feito contra patrões e governos. Existe outro tanto de centrais que não são “reconhecidas”: algumas porque não cumprem os critérios, outras porque não querem cumprir e optam por ser independentes.

Para a organização da classe trabalhadora, um de seus grandes princípios deve ser que somente a classe trabalhadora pode decidir por suas pautas! Assim como não cabe aos trabalhadores decidir a pauta do movimento estudantil, também não aceitamos a intervenção de outros setores nas decisões da nossa classe.

2) A organização e a estrutura sindical brasileira atual e suas limitações

A constituição do sindicalismo corporativo no Brasil teve início com o Decreto 19.770, de 1931, um arcabouço jurídico de inspiração corporativa emanado da *Carta del Lavoro* de Benito Mussolini e se completou com a promulgação da CLT. Absurdamente, quem decide por qual sindicato cada trabalhador será representado, é o próprio Ministério do Trabalho, logo não há plena liberdade sindical no Brasil.

A CLT disciplinou que a representação dos sindicatos seria por categoria profissional e abrangência territorial para preservar a “unicidade sindical” - o princípio que proíbe a criação de mais de uma entidade sindical na mesma base territorial.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil adotou o princípio da liberdade sindical em seu ordenamento jurídico, porém, esse princípio não foi adotado de fato, pois a unicidade sindical, a organização por categoria, a investidura e a contribuição compulsória são impeditivos para que essa liberdade se efetive.

### 3) A conjuntura e a Intersindical Central da Classe Trabalhadora

A Intersindical tem se em seu programa e atuação ser contra todas as políticas privatizantes, luta contra as terceirizações, contra a reforma trabalhista e previdenciária, pela auditoria da dívida pública, pela revogação da EC 95, etc. e na efetiva atuação para a construção da unidade em cada uma das lutas desenvolvidas pela classe como protagonista.

A Intersindical já tem uma importante história de lutas para contar, como o enfrentamento ao ajuste fiscal; aos projetos de terceirização; a luta contra o congelamento dos gastos públicos (Emenda Constitucional 95); a participação efetiva na construção da greve geral do dia 28 de abril; a participação destemida na batalha de 24 de maio em Brasília; a luta dos anos de 2015 e 2016 contra o golpe de Estado que hoje está liquidando os direitos e a soberania nacional, posições coerentes com as principais deliberações do SINASEFE sobre conjuntura.

Quando o CONSINASEFE estiver acontecendo muitos elementos novos da conjuntura devem estar postos, visto que as mudanças estão acontecendo muito rápido. Atualmente sabemos que há uma crise cíclica do capitalismo típica de períodos de muita abundância que causou queda nas taxas de lucro e fez um movimento que impõe retrocessos nos direitos de trabalhadores em todo o mundo.

No Brasil, o golpe de 2016 acelera um ciclo de política de ajuste fiscal instalado a partir do início de um processo de instabilidade política e institucional com a manipulação das mobilizações de junho de 2013. As eleições de 2014 já acontecem em clima de tensão. A política externa dos EU e das multinacionais e bancos internacionais para a América Latina já havia mudado e o investimento em desestabilizar a região é pesado. Alcança sucesso usando diferentes táticas em um dúzia de países como Equador, Brasil, tendo começado no Paraguai e em Honduras.

Em um desenho de nova organização da classe trabalhadora, que se legitima com a aprovação da Reforma Trabalhista e das terceirizações, mas que já vinha se aprofundando em um ciclo de desindustrialização, “pejotização”, precarização e desregulamentação do trabalho consolida um deslocamento da organização da classe trabalhadora para o setor de serviços, sem local de trabalho ou horários muito definidos, com remuneração variável, fragilização do reconhecimento como categoria, alteração na possibilidade de organização sindical.

A Intersindical entende estar aí o grande desafio para o próximo período na organização sindical. Como organizar trabalhadores dispersos, que não são fixos em uma categoria, que trabalham em várias empresas no mesmo espaço, como organizar uma greve no setor de serviços com milhares de locais de trabalho, como convencer o micro empresário de que apesar de ele possuir um CNPJ ele é apenas mais um trabalhador explorado e sem direitos?

Do ponto de vista da política geral consideramos necessário participar das mobilizações de maneira cada vez mais unitária na defesa da soberania e da democracia (mesmo reconhecendo que que tínhamos era extremamente precário e não alcançava a maioria da população), que é preciso lutar contra a consolidação do golpe e seu programa, incluindo a desnacionalização e privatização, o ajuste fiscal, as contrarreformas trabalhista e da previdência (a qual impomos derrota parcial, mas não foi abandonada pelo golpe), o ataque às políticas sociais e além do desmonte dos serviços públicos, como saúde, educação, seguridade social, políticas habitacionais, de combate à opressão e de defesa do meio ambiente.

Item fundamental no programa do golpe é o aumento da repressão política e da intimidação e redução de direitos e garantias individuais representado de maneira clara, entre várias outras ações, na política de intervenção nas universidades e institutos federais com as operações espetaculares da Polícia Federal e pela intervenção militar no Rio de Janeiro e o aumento da presença de generais do exército nos cargos de alto escalão do governo ilegítimo.

As manifestações do último 8 de março com a Greve Internacional de Mulheres de caráter anticapitalista, antigolpista e na defesa por direitos, além, é claro, do combate à violência e na defesa da autonomia das mulheres, foram fundamentais para fortalecer o ciclo de lutas deste ano, iniciado com as mobilizações do dia 19 de fevereiro.

As eleições cumprem papel importante na definição dos rumos do golpe. Temos clareza do papel tático importante na defesa do direito de Lula ser candidato, ainda que a maioria dos militantes da Intersindical estejam na construção de um Programa para o Brasil por meio da plataforma “Vamos?”.

Em toda a análise ainda nos é claro que não há garantias de que haverá eleições presidenciais neste ano. Também é claro que os maiores problemas da classe trabalhadora brasileira e mundial não terão solução por via institucional e de eleições fraudadas sob domínio de governo

golpista. Tampouco há dúvidas de que haverá um processo de afirmação ou inflexão na implantação do golpe a partir do que ocorrer com esse processo eleitoral.

A luta da Intersindical, desde sua fundação, foi e continua sendo contra as políticas de ajuste fiscal que vinham sendo implantadas pelo governo Dilma e também contra a regressão social que Temer vem impondo no último ano. A Intersindical Central é o espaço de organização que, ao mesmo tempo em que não cede à conciliação de classes com governos e patrões, não se deixa também atrair pelo esquerdismo e nem pelo discurso fácil dos setores que ajudaram a impor o golpe.

No caso da nossa Rede de Educação Básica, o programa do golpe condena a rede a● definimento e destruição pelo simples fato de que é preciso não haver esse tipo de concorrência para a venda da mercadoria educação. Uma concorrência gratuita para os estudantes e de algum investimento por parte do Estado, investimento esse que deve duplamente ser revertido na iniciativa privada. Assim o ajuste fiscal, a mudança nas políticas de financiamento de pesquisa, da extinção de programa como o PIBID e de assistência estudantil, a alteração no PNLD e a alteração na legislação que rege a autorização e fiscalização do ensino superior, além, é claro, da implantação da Reforma do Ensino Médio por meio da flexibilização dos currículos e da contratação de tutores e de convênios com as redes estaduais, já tão sucateadas.

Resoluções:

1. Que o SINASEFE mantenha e aprofunde a construção unitária de mobilização contra o golpe e seu programa, especialmente quando vierem os momentos de mobilização unificada, preferencialmente os organizados pelo conjunto das centrais e fóruns e frentes de mobilização popular, como o Fórum Nacional dos Sindicatos dos Servidores Públicos, a Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo.
2. Que a categoria organizada por meio do SINASEFE ou autonomamente participe ativamente dos debates sobre as mudanças na organização da escola, especialmente no que tange à implantação Reforma do Ensino Médio, especialmente na defesa do atual universo curricular mínimo e do ensino médio técnico integrado.
3. Que o SINASEFE proporcione ou estimule análises de conjuntura profundas, incluindo a conjuntura internacional, com especialistas e estudiosos coordenando de maneira a instrumentalizar a categoria para fazer a análise e deliberar a prática política a partir de compreensões profundas sobre a realidade atual da classe e do país, permitindo assim uma crescente capacidade de elaboração política e atuação prática tática e estratégica.
4. O SINASEFE deve promover corajoso e cuidadoso debate sobre a construção de uma greve com o setor da educação federal, quiçá unificadamente com todo o setor da educação por política de reposição salarial e itens da pauta conjunta e, principalmente, na defesa da educação pública

gratuita e de qualidade. Lembrando a palavra de ordem da década de 1990: “Educação Não Rima Com Lucro”.

**Elenira Vilela, da DSS IFSC.**

Baseado em tese produzida para o Congresso do SINDSAÚDE de dez de 2017.